

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 04

Data: 12.11.76

Pg.: 20

Na Funai, departamentos podem perder autonomia

Apoiada a ocupação da fazenda

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A direção da Funai apoiou inteiramente a atitude tomada pelo chefe da ajudância do órgão no Acre, José Porfírio de Carvalho, que, na semana passada, ordenou a ocupação, com auxílio de agentes federais, de uma fazenda localizada junto à BR-317, em área pertencente aos índios apurinas. Esta informação desmente a acusação, feita pelo fazendeiro paulista João Serbille, que se diz proprietário daquelas terras, de que a medida tomada por José Porfírio de Carvalho tenha sido motivada por uma "questão pessoal".

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, negou-se inclusive, a receber o fazendeiro, que veio a Brasília com o objetivo de discutir o caso com a direção do órgão. Funcionários da Funai informaram ainda que um amplo levantamento comprovou ser aquela área um habitat dos apurinas e, por esse motivo, garantida para a comunidade pelo Estatuto do Índio.

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A Comissão Mista Funai — Ministério do Interior, que vem-se reunindo nos últimos dias, está concluindo um trabalho que prevê grandes alterações na estrutura da Funai, visando sobretudo a diminuir a grande autonomia de seus diversos departamentos, característica que na opinião dos técnicos tem gerado problemas para o órgão. Por outro lado, ficou definido que a Funai partirá para a realização de grandes projetos econômicos nas áreas indígenas, entre eles o aproveitamento de madeira e o cultivo de trigo e soja, com o objetivo de aumentar seus recursos extra-orçamentários.

A primeira medida anun-

ciada referente a alterações de funcionamento dos departamentos tem como objetivo evitar a "duplicidade de dentro da Funai, passando para o âmbito da Presidência a Assessoria de Planejamento e a Auditoria, até agora subordinadas à Superintendência. O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, acredita que os estudos, que prosseguirão nas próximas semanas, poderão determinar outras mudanças na estrutura do órgão, visando, basicamente, a fortalecer a cúpula e as unidades que lidam diretamente com as comunidades indígenas.

Ao anunciar a realização de grandes projetos econômicos em áreas indígenas, o general negou que o órgão pretenda transformar-se

numa empresa voltada para a exploração do patrimônio indígena. A renda, segundo ele, será revertida em benefício das próprias tribos e reaplicada pelo Fundo de Reaproveitamento da Renda Indígena. Disse ainda que terão continuidade os projetos de desenvolvimento sócio-econômicos junto aos grupos considerados em vias de integração.

Ao contrário do ministro do Interior, Rangel Reis, o general preferiu não estipular prazos para a emancipação dos primeiros grupos indígenas, mas deixou claro que o órgão não pretende adotar uma atitude paternalista, optando por um trabalho voltado para que as comunidades mais aculturadas venham a se integrar na sociedade nacional.